



# **POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER PARA OS POVOS INDÍGENAS: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS**

Beleni Salete Grando<sup>1</sup>

Jonathan Stroher<sup>2</sup>

Arthur José Medeiros de Almeida<sup>3</sup>

## **RESUMO**

*Pautados na pesquisa-ação, desenvolvemos dois projetos a fim de propor políticas públicas de esporte e lazer aos povos indígenas. As ações relevantes foram: I FOPPELIN e a constituição da CNPELI. Essas deram consistência a uma metodologia específica que respeita a diversidade de demandas e reconhecimento das práticas corporais tradicionais no Brasil.*

*PALAVRAS-CHAVE: política; esporte; indígenas.*

## **INTRODUÇÃO**

Apresentamos os resultados de dois projetos de pesquisa-ação voltados à criação de uma política de esporte e lazer específica para atender as demandas dos povos indígenas do Brasil, realizados numa parceria da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) com a Secretaria de Esporte e Lazer para Inclusão Social (SNELIS) do Ministério do Esporte (ME).

A pesquisa desenvolveu-se em dois projetos que se materializaram em documentos propositores resultados do I Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas (FOPPELIN), realizado em abril de 2015, em Cuiabá-MT, e da reunião nacional para a constituição da Comissão Nacional de Políticas de Esporte e Lazer Indígena (CNPELI), realizada em Brasília, em agosto de 2016.

Com isso, de forma sintética apontamos as estratégias metodológicas de organização das demandas e proposições indígenas a partir do fórum nacional e seus desdobramentos para a constituição da Comissão Nacional, com vistas à representatividade aos povos indígenas na elaboração de políticas públicas específicas.

## **METODOLOGIA**

A proposição pautada na pesquisa-ação objetivou criar uma política pública específica para atender a diversidade das demandas de esporte e lazer dos mais

1 Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), beleni.grando@gmail.com

2 Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), jonathan.stroher@gmail.com

3 Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), arthur\_edf@hotmail.com

de 300 grupos étnicos que se reconhecem e diferenciam como os povos indígenas do Brasil, e se materializou em dois projetos desenvolvidos com representantes indígenas que fomentaram no processo, o que atualmente se expressam na realização de jogos e fóruns estaduais amplamente ampliados em participação e representatividade étnica e cultural.

O projeto do “FOPPELIN” voltou-se à criação de uma política específica para atender aos povos indígenas; o projeto da “CNPELI” objetivou contribuir para constituição e institucionalização desta Comissão Nacional com representação indígena a fim de propor e acompanhar as ações voltadas à Política de Esporte e Lazer Indígena, além de ter viabilizado a participação de representantes dos povos indígenas nas atividades durante Olimpíadas Rio 2016, como estratégia de dar visibilidade as diversas práticas corporais tradicionais e específicas dos povos do Brasil. A CNPELI foi expressa como ação necessária para a criação da política, no documento final aprovado em assembleia do FOPPELIN debateu e propôs as políticas para o ME.

As duas etapas de pesquisa-ação voltadas à criação de política específica, destacadas pelos projetos são: uma ação de pesquisa para trazer à tona as formas de pensar e propor políticas públicas nas diferentes perspectivas indígenas; uma ação, desencadeada da primeira, de extensão, para garantir a articulação e presença dos protagonistas que sistematizaram os documentos indicadores das políticas.

## **FOPPELIN: CAMINHOS PARA A POLÍTICA E A CONSTITUIÇÃO DA CNPELI**

A concepção de políticas públicas de esporte e lazer para os povos indígenas do Brasil devem partir dos princípios de reconhecimento, respeito, promoção e valorização de seus modos de ser, de viver, de pensar, de fazer e de se relacionar com a natureza e com o mundo, pois, de acordo com Luciano (2016, p. 102)

Políticas públicas para os povos indígenas apresentam uma característica comum, que é a de ser sempre invasivas ou interventivas. Sempre produzem mudanças e impactos, sejam eles positivos ou negativos, fortalecendo e enriquecendo, enfraquecendo e desestruturando as culturas, os conhecimentos e os modos de vida das pessoas e coletividades indígenas envolvidas.

Como a Constituição Federal de 1988 assegura aos indígenas, esses devem ser reconhecidos a partir de seus distintos modos de vida e para tal, as políticas públicas pertinentes às suas distintas realidades socioculturais não os devem incluí-los de forma enquadrada ou encapsulada nas formas já consolidadas da sociedade hegemônica. Desse modo, para que ocorra o reconhecimento respeitoso dos modos de vida dos povos indígenas na elaboração de políticas específicas, é importante ressaltar que a sociedade dominante conheça as culturas, as ontologias, as epistemologias do modo de ser indígena, principalmente os agentes do Estado. Ao considerar esses elementos, as políticas públicas serão menos danosas e colonialistas, garantindo com maior segurança e propriedade que as causas indígenas sejam atendidas e que promovam a afirmação das identidades, das culturas e dos conhecimentos indígenas (LUCIANO, 2016).

Com essa compreensão, nosso grupo de pesquisa com o ME e lideranças indígenas representantes das 27 Unidades Federativas do Brasil efetivaram

a realização do I Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas – FOPPELIN, a fim de construir coletivamente uma agenda que orientasse ações políticas com base na inclusão e universalização dos direitos sociais.

Naquela oportunidade foram abordadas perspectivas para fomentar políticas públicas de esporte e lazer aos indígenas do Brasil, levando em consideração as políticas existentes, assim como debater temas relativos que permeiam a realização/manutenção das práticas corporais indígenas tais como, saúde, educação, desenvolvimento sustentável, cultura e garantia de território. Este debate teve como protagonismo 219 representações indígenas de 139 etnias do Brasil, além de 48 representantes institucionais de diversos estados que participaram na mediação e organização das proposições feitas pelos indígenas presentes no evento, sendo, então, apresentada e aprovada em plenária.

Ao compreender essa dinâmica coletiva no pensar, elaborar e implementar políticas públicas para os povos indígenas, deve-se sempre evitar processos e critérios de seletividade, com vistas a programas e ações com que funcionem em escalas horizontalizadas, capilarizadas e distributivas, com o intuito de atender o maior número possível de determinados grupos de pessoas, sempre considerando as especificidades configuradas pelas redes de relações sociais, políticas e econômicas (LUCIANO, 2016).

Para assegurar as práticas indígenas de esporte e lazer que identificam cada povo, torna-se necessário compreender tais práticas pela ótica de quem as vivencia, entendendo seu sentido lúdico, de celebração, de reverências, pelas conexões cósmicas. Estas são vivências fundamentais que fortalecem as identidades, garantem direitos e, sobretudo, fortalecem e espiritualizam os planos pessoais e coletivos da vida. Isso implica em vivenciar a cultura e a espiritualidade inserida no esporte e lazer indígena que estão intrinsecamente relacionadas à dimensão do pertencimento cultural, étnico, territorial, cosmológico.

Levando em consideração tais aspectos na elaboração de políticas públicas para os povos indígenas é que, posterior à sistematização e aprovação das propostas no I FOPPELIN, a constituição da Comissão Nacional de Políticas de Esporte e Lazer Indígena se materializou como um ato político que teve como objetivo mobilizar os representantes indígenas a partir das referências dos movimentos sociais indígenas e da participação de lideranças em nível nacional, para discutir e institucionalizar uma rede indígena junto ao Ministério do Esporte. Este trabalho traz, então, alguns desdobramentos *a posteriori* a constituição da CNPELI em estados brasileiros – Bahia e Amazonas – em que o próprio movimento indígena se organiza para pensar as especificidades do esporte e lazer os seus povos.

## **CNPELI: AÇÕES DECORRENTES**

Das metas estipuladas do projeto, foi organizada uma reunião de debate da proposta para a constituição da CNPELI, realizada em Brasília nos dias 15 e 16 de agosto de 2016, nas dependências do ME, coordenada pela Coordenação Geral de Políticas Esportivas Indígenas - CGPEIN, do Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais/SNELIS. O resultado desta reunião viabilizou a articulação e debate entre as lideranças indígenas que

estiveram à frente das ações voltadas às políticas de esporte e lazer encaminhadas pelo ME nos últimos anos em que se concebeu a possibilidade de uma coordenação nacional de esporte e lazer específica para os povos indígenas, e a elaboração do documento orientador para a proposição da CNPELI. Esta ação visou à discussão de questões relativas ao esporte e práticas corporais indígenas e sua gestão, com a finalidade de democratizar informações e acesso aos programas específicos para atender suas demandas específicas.

Na reunião e discussão do texto orientador da Minuta de decreto constitutivo da CNPELI, estiveram presentes representantes indígenas de todas as regiões e de 16 estados federativos, assim como representantes de cinco organizações indígenas<sup>4</sup>. Além da participação indígena e das equipes da UFMT e SNELIS, na reunião realizada em dois dias no ME com 40 participantes, participaram representantes de outros oito órgãos governamentais responsáveis pelas políticas de atendimento aos povos indígenas e da Secretaria de Governo da Presidência da República. A minuta final define temas relativos à função, composição e acompanhamento das ações/proposições da CNPELI.

Deste projeto ainda se deram: a apresentação cultural do Povo Kuikuro/Xingu-MT, na Casa Brasil<sup>5</sup>, com o objetivo de dar visibilidade aos projetos do ME com ações de reconhecimento das práticas corporais tradicionais brasileiras; a realização, do Ato simbólico de institucionalização da CNPELI durante as Olimpíadas Rio 2016, na Arena de Esporte e Lazer do ME, em Copacabana. Participaram com apresentações “esportivas tradicionais”: o Povo Kurâ-Bakairi-MT; Povo Gavião Kyikatêjê-PA e o Povo Pataxó Hãhãhãe-BA. Estiveram ainda presentes, representantes Paresi-MT e Guarani-RJ.

Nesse projeto ampliou-se a rede de representantes do debate da CNPELI, que socializaram experiências e demandas específicas que foram atendidas em 2017, a exemplo dos Jogos Indígenas Pataxó/BA e dos Jogos Indígenas do Alto Solimões/AM, com práticas corporais “esportivas indígenas”, fóruns e oficinas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A proposição de pesquisa-ação no FOPPELIN teve como proposição o diagnóstico das práticas corporais indígenas ao mesmo tempo em que suas demandas específicas e experiências com eventos voltados ao lazer e ao esporte (indígena ou não), e na sistematização de debates que propuseram orientações para as políticas que deveria ser criadas no âmbito do estado brasileiro, sob a responsabilidade do Ministério do Esporte.

No projeto da CNPELI, partiu-se da proposição do FOPPELIN e com ele se mobilizou os representantes para com eles retomar e avaliar o Fórum e o documento final, que referenciou a construção do documento de minuta para a

4 Entre essas organizações, destacam-se as que atingem maiores articulações regionais e nacionais: a APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, que agrega a maioria das organizações indígenas do país, a APOINME – Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES; e a COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.

5 Casa Brasil foi um espaço aberto ao público participante das Olimpíadas do Rio 2016, no Píer Mauá, no Rio de Janeiro, onde a SNELIS/ME apresentou seus projetos e programas e com o projeto CNPELI as práticas corporais indígenas e a política de esporte e lazer para os povos indígenas no Brasil.

constituição da comissão nacional. Os dois dias de trabalho coletivo, avaliativo e propositivo, aprofundou as articulações das lideranças indígenas e fortaleceu as estratégias para encaminhar projetos que resultariam em espaços de mobilização e organização a partir de “jogos indígenas”. Os projetos como pesquisa-ação, fomentaram o protagonismo indígena que passa a demandar políticas específicas. Assim, é fundamental considerar o diálogo, participação e protagonismo indígena na elaboração de políticas públicas “deles” para “eles”, reduzindo os impactos produzidos pelas políticas públicas.

## **PUBLIC POLICIES OF SPORTS AND LEISURE FOR INDIGENOUS PEOPLES: METHODOLOGICAL CONSIDERATIONS**

*ABSTRACT: Based on action research, we developed two projects in order to propose public sports and leisure policies to indigenous peoples. The relevant actions were: I FOPPELIN and the constitution of CNPELI. These have given consistency to a specific methodology that respects the diversity of demands and recognition of traditional corporal practices in Brazil.*

*KEYWORDS: politics; sports; indigenous;*

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEPORTE Y RECREACIÓN PARA LOS PUEBLOS INDÍGENAS: CONSIDERACIONES METODOLÓGICAS**

*RESUMEN: Guiados por la investigación-acción, se han desarrollado dos proyectos con el fin de proponer políticas públicas para el deporte y el ocio a los pueblos indígenas. Las acciones relevantes han sido: I FOPPELIN y la constitución de CNPELI. Estos han dado consistencia a una metodología específica que respete la diversidad de demandas y el reconocimiento de las prácticas corporales tradicionales en Brasil.*

*PALABRAS CLAVES: política; deporte; indígenas;*

## **REFERÊNCIA**

LUCIANO, G. J dos S. Descolonizando práticas e Mentos Indígenas: contribuições do I Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas. In: GRANDO, B. S.; PINHO, V. A.; CAMPOS, N. S. (orgs.). **Políticas Públicas e Povos Indígenas: contribuições a partir do Fórum Nacional de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas do Brasil**. Cuiabá: Editora Sustentável/EdUFMT, 2016. p. 99-114.